

Um dos aspectos da história do Brasil que mais intrigou os que se preocuparam com ela foi, certamente, a atuação dos trabalhadores. Durante algum tempo, a expectativa de revelar uma classe operária combativa fez com que os estudiosos se ocupassem da missão de explicar porque os trabalhadores brasileiros não protagonizaram revoluções. A história do trabalho, então, ficou por um tempo engessada em grandes sínteses que muitas vezes atribuíram à apatia a origem rural da mão-de-obra no Brasil que seria por isso, supostamente, presa fácil de cooptação. Como resultado, surgiram teses mais apregoadas que provadas como a conjectura da hegemonia do anarquismo no “alvorecer da classe operária” liderada por imigrantes italianos ou a adesão inocente dos trabalhadores ao projeto varguista de legislação trabalhista. O que essas teses têm em comum é o fato de que a história dos trabalhadores não era feita por eles mesmos e esteve relegada à atuação de lideranças estrangeiras ou atrelada a estruturas do Estado.

As poucas explicações fornecidas pelos antigos modelos teóricos não poderiam dar conta do que se deu nos anos 1970. Da agitação de trabalhadores na região do ABC em São Paulo emergiram “novos atores sociais” e isto alteraria para sempre esse quadro, obrigando os acadêmicos que procurassem novas formas de contar a história do trabalho no Brasil – não era mais possível escamotear que os trabalhadores são sujeitos de sua própria história. O momento histórico fez com que pensadores, historiadores e sociólogos revessem ideias e conceitos e como resultado uma nova geração de pensamento esteve mais propensa a perceber que a história dos trabalhadores não poderia estar em outro lugar que não na própria história do trabalho. É desse ponto que se torna possível medir até mesmo a cultura compartilhada pelos trabalhadores na formação da classe, que é quando ela consegue subverter a lógica da dominação.

A formulação de uma cultura de classe no ABC constituída durante as greves – que é o tema dessa coleção de documentos – levou à organização dos trabalhadores e à fundação de um partido e extrapolaria as fronteiras da região. Alguns documentos desse dossiê já são marcos desse momento, como as sagazes cartas de João Ferrador, preciso ao aferir a disposição dos trabalhadores em lutar pelas mesmas causas e as notas do Tribuna Metalúrgica que falavam sobre a vitória de serem uma “classe social organizada”. A fábrica, a atuação em torno do fundo de greve, as lideranças sindicais e a repressão são imagens que compõe o Caderno de Fotos. Da agitação sindical, que também

se inscrevia no processo geral de luta da sociedade contra a ditadura militar, surge a necessidade de organizar um partido como consequência da luta dos trabalhadores, expressa na chamada “Carta de Lins”. A forte repressão não tardou em deter os líderes das greves; os documentos que Perseu traz revelam a indignação da sociedade quanto às prisões injustas, a formação do Comitê de Solidariedade e o respaldo internacional. Juntos, esses documentos formam um conjunto instigante sobre a cultura de classe no ABC durante os anos que devolveriam para sempre a história dos trabalhadores aos próprios e que foi assim resumida por Lula: “É o peão que deve fazer política”.

SÓ COM PARTICIPAÇÃO OBTEREMOS VITÓRIA

Luiz Inácio Lula da Silva

Têm sido constantes as críticas do movimento sindical às medidas tomadas pelo governo na área trabalhista, sem nenhuma consulta prévia aos interessados. De um modo geral, pode-se dizer que tais medidas são prejudiciais à classe trabalhadora.

Para não cair em erro idêntico, este sindicato tem por norma ouvir a categoria em todas as questões de interesse geral, convocando assembleias e reuniões, isso para não se distanciar dos anseios da classe e não agir contra ela. Os interesses mais relevantes da classe trabalhadora sempre estão em jogo quando surge o momento da convenção ou dissídio coletivo. Não se trata apenas do reajuste salarial, até porque este é fixado inexoravelmente pelos índices oficiais. Outras conquistas estão em jogo. Como exemplo recente, podemos citar a obtenção por este sindicato, no dissídio de 1976, da cláusula do salário do substituto e da estabilidade da gestante.

Foi por isso que a assembleia do último dia 13 de fevereiro acabou sendo adiada. O comparecimento foi pequeno e entendemos que os 500 trabalhadores presentes não representavam suficientemente nossa imensa categoria, hoje estimada em mais de 120 mil empregados.

E, para que a categoria pudesse se manifestar de forma mais eloquente, convocamos outra assembleia para o dia 4 de março às 19 horas.

Muitos dizem que não adianta vir às assembleias. Outros já se cansaram de lutar. E nós perguntamos: Será que conseguiremos alguma coisa de braços cruzados? E, à nossa memória, acode a lembrança dos milhares de companheiros que, no passado, deram a própria vida para que hoje pudéssemos viver com um pouco mais de dignidade. O que podemos afirmar, com certeza, é que os patrões ficam muito satisfeitos de verem as assembleias vazias, porque dessa maneira poderão continuar a explorar nosso trabalho por muito tempo. Por outro lado, a pouca movimentação da classe tira nosso principal argumento de luta, uma vez que aos olhos do governo a categoria dá nítida impressão de que está satisfeita.

É por isso que você precisa comparecer. É por isso que vale a pena continuar a lutar. O que conseguimos até agora foi à custa de suor, lágrimas e sangue. E não vai ser daqui para frente que as coisas começarão a cair do céu.

Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, n. 40, fevereiro de 1977, p. 3.

BILHETE DE JOÃO FERRADOR

(Setembro de 1977)

Ilustríssimo Sr.
Arnaldo da Costa Prieto¹
Digníssimo Ministro do
Trabalho do meu Brasil
grande e potente

Prezado Senhor:

O negócio é o seguinte: a notícia do fajutamento dos dados sobre a inflação no tempo do chamado “milagre brasileiro” provocou aqui no pedaço, entre os colegas, uma bruta reação. Tanto que a turma, apesar de um pouco descrente da ação sindical, compareceu em massa à assembleia para tratar do assunto. O senhor próprio deve ter se surpreendido com o comparecimento.

Posso garantir ao senhor ministro, com a maior convicção, que a correria do pessoal à assembleia foi na base da vontade de reagir contra o logro. Afinal, senhor ministro, as pessoas sentem-se ofendidas quando alguém passa-lhes para trás. Ninguém gosta de ser enganado, e reage às vezes até com violência quando isso acontece.

Deixando de lado essa observação de teor sociológico, como recomendaria o professor de ciências humanas do curso de madureza do sindicato, peço licença para discordar do senhor ministro no que respeita a essa diferença salarial que a fajutagem inflacionária provocou. O senhor diz que não temos direito de exigir essa diferença, porque o sistema de calcular os reajustes salariais é diferente do que se usa para verificar o aumento da inflação do meu Brasil grande e potente. Tudo bem. Mas, de que forma se prova isso? Até o momento, nem o senhor e nem o seu colega do Ministério da Fazenda provaram nada. Por essa razão, senhor ministro, permanece de pé o estudo do Dieese², segundo o qual a nossa perda salarial montou em 34,1%.

Mas eu gostaria, ainda, aproveitando a oportunidade, de falar ao senhor sobre o que mais penso do assunto. Noto, por exemplo, que essa fajutagem dos dados inflacionários permaneceu durante quatro anos enrustida. Quer dizer, somente agora os jornais puderam divulgá-la. E o fizeram com tamanha força que já deve ter muita gente da alta, por aí, temerosa de que o fogo chegue até o seu rabo preso.

Apesar de não ser masoquista (hei, pessoal, procura no dicionário o significado), como diria aquela colega do curso de madureza que se senta ao meu lado, sinto-me satisfeito com isso. Porque vejo que começa a haver liberdade de expressão no meu Brasil grande e potente, com a imprensa já se lembrando de nós. E isto é importante, pois aqui no pedaço estreito se depende dela para saber o que se passa no Brasil e no mundo.

Se o senhor estivesse de acordo comigo, poderíamos, juntos, dar um viva a essa liberdade de expressão. Até faria um convite para o senhor vir tomar umas e outras aqui no pedaço, no bar do sujo. Se não estiver de acordo, da mesma forma agradeço a atenção dispensada, com um abraço sindical.

João Ferrador

Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, n. 43, setembro de 1977, p. 3.

NOTA

¹ Arnaldo da Costa Prieto (1930) nasceu em São Francisco de Paula/RS e foi engenheiro, professor e político. Iniciou sua carreira política como vereador na cidade de São Leopoldo pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1962, foi governador do Rio Grande do Sul e, mais tarde, secretário do Trabalho e da Habitação. Em 1965 filiou-se à Arena e com o fim da ditadura ingressou no Partido Democrático Social (PDS). Elegeram-se deputado federal constituinte pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e se manteve no cargo de deputado até 1991. Depois de deixar a vida política, ingressou na Associação Brasileira de Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

² O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos é uma entidade fundada pelo movimento sindical brasileiro, em 1955, para desenvolver pesquisas que fundamentem as reivindicações dos trabalhadores.

GREVE: O PRIMEIRO TESTE FOI POSITIVO

Embora os percentuais de aumento obtidos estejam abaixo do que realmente foi reivindicado, podemos desde logo considerar vitorioso o movimento grevista. Diríamos assim que foi uma experiência positiva da luta sindical que está ainda para ser travada. Senão vejamos:

O reajuste salarial a prevalecer para todo o ano, resultante de dissídio coletivo (julgado pelo Tribunal contra nossa vontade), seria somente de 39%. Com os aumentos conseguidos com a greve, esse reajuste subirá pelo menos para 49%.

Com isso rompemos a rígida política salarial, obrigando o governo a anunciar a intenção de revisá-la, adequando-a à realidade do trabalhador.

A velha luta do sindicato com vistas a que os reajustes fossem trimestrais – uma necessidade para que os salários pudessem acompanhar a alta do custo de vida –, começa a se tornar realidade. Isso se verifica através dessas antecipações previstas no acordo assinado com o Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos e Automotores.

O movimento provou a ineficiência da lei antigreve, obrigando o governo imediatamente a constituir uma Comissão para modificá-la.

Conseguimos nos impor como classe social organizada e, assim, passar a influir nas decisões governamentais, sempre tomadas contra nossos interesses e anseios. Agora é o próprio governo quem leva em conta nossos atos para reformular a legislação trabalhista (o caso de alteração na lei de greve, por exemplo).

Finalmente, nos revelamos a nós mesmos, percebemos que temos força e que somos capazes, quando unidos e organizados, de levar o patronato ao diálogo produtivo com nosso sindicato, respeitando nossas reivindicações.

Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, n. 46, junho de 1978, p. 1.

BILHETE DE JOÃO FERRADOR

(Junho de 1978)

Digníssimas autoridades
Do meu Brasil grande e potente

Prezados senhores:

De repente, as paralisações aconteceram. Não sei se os senhores se surpreenderam com elas, ou se as viram com naturalidade, digamos assim, como coisas normais que ocorrem num país democrático. Se houve surpresa, não foi por nossa culpa, não seria por falta de alertar as autoridades do meu Brasil grande e potente sobre o perigo que representava o arrocho salarial. Há anos seguidos que a gente aqui do pedaço não fazia outra coisa senão prevenir a respeito do que poderia resultar o descontentamento do povão. Sempre se falou que os trabalhadores não aguentavam mais a situação e que alguma coisa acabariam fazendo contra as injustiças dos patrões. Sempre falamos e sugerimos providências para evitar a explosão do pessoal.

Mas não estou a fim de explicar muita coisa aos senhores. A euforia que me deu a minha gente é por demais embriagante e não me deixa raciocinar em termos protocolares. Só posso dizer que as antigas previsões agora são fatos consumados, e não adianta especular sobre eles nem desculpá-los. Apenas pretendo informar – e não sei se isso agradaria aos senhores – que o movimento foi uma beleza. Nunca se viu a turma tão unida e firme no desejo de ver reconhecida a sua justa reivindicação. E mais (e isto é com imenso prazer que conto aos senhores): a turma mostrou que é mesmo educada e disciplinada, conduzindo o movimento ordeira e pacificamente. Em nenhum momento deixou-se tomar de raiva e perdeu a cabeça, embora para isto fosse provocada pelos patrões.

Vencemos, meus senhores, a primeira e grande batalha na briga com os patrões. Por essa razão, daqui para diante devemos ser tratados como força social digna do maior respeito pelas autoridades e pelos patrões. E desejamos que isso se dê a partir dos exemplos dessas greves – e o principal deles está na prova do que somos e o que podemos fazer em defesa dos nossos direitos e contra as injustiças patronais. O pessoal, meus senhores, abriu o jogo e mostrou ser bom de bola. Assim, doravante vai ser difícil segurá-lo mediante a simples aplicação das leis injustas que aí estão e que, neste episódio, se revelaram ultrapassadas.

Contudo, os trabalhadores não pretendem continuar usando a força que evidenciaram. O que anseiam mesmo é o reconhecimento pelo que representam na vida social, política e econômica do meu Brasil grande e potente. Para isto, meus senhores, advogam, como sempre o fizeram, o fim das leis duras de controle dos seus sindicatos (desculpem, mas aqui falo também pelos trabalhadores de outras categorias). Queremos que as leis funcionem a favor da nossa realidade, e não contra ela.

Os senhores próprios já sabem sobejamente disso: a lei que proíbe as greves não pôde desta vez funcionar, e jamais terá qualquer utilidade se o país continuar no caminho da democracia. Não desejamos ver revogada (o que na prática já aconteceu) apenas essa lei, mas que sejam modificadas aquelas outras que limitam a atuação dos nossos sindicatos. Vale dizer, meus senhores, que as reclamadas liberdade e autonomia sindicais deverão vir desta vez.

E caso nossas reivindicações sejam compreendidas, caso tudo seja ajeitado de modo que essa nascente democracia também nos beneficie, então será possível que outras greves-surpresa não aconteçam. Ou se acontecerem serão plenamente normais, com o objetivo único de levar o patrão a negociar conosco a renovação de contratos salariais ou melhores condições de trabalho. Não é assim em outros países onde existe democracia plena? E os senhores, como nós, certamente almejam que o meu Brasil grande e potente também seja regido por uma verdadeira democracia.

Com votos de uma nova era, aceitem minhas saudações de classe

João Ferrador

Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, n. 46, junho de 1978, p. 2.

OS FATOS ACONTECIDOS ATRÁS (E SOBRE) DAS GREVES

Reprimir como?

Declarada ilegal a greve pelo Tribunal Regional do Trabalho, o ministro do Trabalho, Arnaldo Pietro, falou: “Se os trabalhadores continuarem transgredindo a lei, é obrigação dos empresários solicitar o concurso da polícia para fazê-los trabalhar”. Falou bonito o ministro, mas quem pode obrigar alguém a trabalhar, principalmente quando todos não estavam mesmo a fim de movimentar as máquinas? E se a turma estava parada em ordem, sem dar motivo algum para a briga, como entrar de sola contra ela?

Foi por isso que o senhor Paulo Egydio¹, governador de São Paulo, que enxergou mais do que o ministro, declarou: “Envolve a polícia na greve só se receber ordem por escrito do governo federal”. Não houve ordem escrita e a polícia não saiu à rua. O governador não foi besta de botar a mão no fogo sozinho.

Troca proveitosa

O “Vox Populi” com o Lula só foi liberado depois que o canal 2² se comprometeu a divulgar duas notas do governo federal: uma sobre a ilegalidade da greve, declarada pelo Tribunal, e outra do Ministério da Fazenda, frisando a proibição do repasse do aumento salarial nos custos finais do produto. Com essas notas, o governo pretendeu encostar trabalhadores e patrões na parede: os primeiros deviam cessar a greve; os patrões advertidos para não dar aumento. Mas tudo isso foi inútil, como se verifica pelo final do movimento. Porém deixemos isso prá lá. O fato é que o governo, depois que estabeleceu censura às rádios e televisões, ficou sem meios para fazer chegar seu recado ao grande público. Eis que rádio e televisão, estribando-se na proibição de divulgar qualquer acontecimento relacionado com a greve, também se recusaram a reproduzir aquelas notas. Só o canal 2 aceitou a incumbência, mediante a referida troca que, diga-se de passagem, foi proveitosa para os trabalhadores.

Mais grevistas

As paralisações não ficaram limitadas à região do ABC nem à indústria metalúrgica. É verdade que começaram aqui, em São Bernardo, para logo se estenderem a Santo André. Mas, numa prova de que o descontentamento operário não reina só aqui, houve greves nos setores químicos, borracheiros, têxtil e alimentício. Tudo indica que a coisa estava assim como naquela história de ratos e gatos. Os ratos tinham um excelente plano para detectar a presença dos gatos e impedi-los que os devorassem: era questão de atar ao pescoço de um deles um ruidoso guizo. Mas faltava o rato com disposição de executar tal tarefa. Dessa maneira, a assembleia deles, que aprovou tal decisão, acabou em sopapos, porque não apareceu nenhum “valente” para executar o plano. Nós amarramos o guizo no pescoço do gato, e a partir daí, todos se encorajaram e agora seguem o nosso exemplo. O que é um acontecimento digno de aplausos.

Irritação

Dizem os jornais que a pergunta sobre a greve irritou profundamente o ministro Calmon de Sá, da Indústria e Comércio. O ministro fazia uma agradável visita à Fenit – Feira Nacional da Indústria Têxtil – quando lhe vieram azedar o fígado. Respondeu que a greve é absolutamente ilegal e que não deveria ter sido feita neste momento. E mais, “que os metalúrgicos do ABC são privilegiados porque ganham mais do que os nordestinos”. Gostaríamos de saber: se os metalúrgicos ficassem esperando pela vontade do governo, quando viria a ordem para eles fazerem greve? E se os nordestinos passam fome, como as estatísticas provam, devemos nos igualar a eles?

Paternalismo

O movimento já estava plenamente vitorioso, com todo mundo compreendendo-o e aceitando-o como coisa natural, quando a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo se reuniu para analisar a situação. E vai daí ela nos vêm com esta: pedir um abono de 20% ao governo, para ver o movimento se acabar de uma vez por todas. Convenhamos que brigar é um dever de honra dos trabalhadores. Brigar pelo reconhecimento dos seus direitos e por novas conquistas trabalhistas. Pedir é chorar aos pés do pai para que ele nos dê alguma coisa, posição paternalista incompatível com o sindicalismo puro. Esse sindicalismo só pode servir aos acomodados. Precisamos, isto sim, conquistar com lutas, como fizemos agora, leis justas e humanas. Mas a boca torta pelo longo uso do cachimbo está difícil de se endireitar.

Patrão favorável

Quando se fala que as coisas estão mudando radicalmente em nosso Brasil grande e potente, não se está exagerando. Um grande exemplo disso são as declarações de empresários favoráveis à greve. Sim, favorável à greve!!! José Mindlin³, da Metal Leve, falou assim: “A greve deve ser compreendida e admitida, dada a situação de dificuldade que vive o operário e a classe média, com a inflação corroendo seus rendimentos. O diálogo é importante, precisamos conservar a cabeça fria agora que há problemas, porque ter cabeça fria quando não há problema não é vantagem. As empresas devem encarar com objetividade a situação, sem emoção, e procurar uma solução racional para a greve. Não devemos radicalizar, mas dialogar. A radicalização só pode trazer maiores dificuldades”. Falou bonito o empresário Mindlin. Merece nosso reconhecimento.

Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, n. 46, junho de 1978, p. 10.

NOTAS

¹ Paulo Egydio Martins (1928) é empresário e engenheiro, foi governador do estado de São Paulo entre os anos de 1975 e 1979. No ano de 1966 ocupou o cargo de Ministro do Trabalho e Previdência Social e, em seguida, o posto de Ministro da Indústria e Comércio até 1967. Atualmente, é presidente da Itaucorp S/A.

²Vox Populi era um programa de entrevistas emitido pela TV Cultura (Canal 2).

³José Ephim Mindlin (1914) é advogado, bibliófilo e foi empresário da Metal Leve, uma indústria de autopeças com sede em Mogi Guaçu/SP fundada por ele. Foi secretário da Cultura no governo de Paulo Egydio Martins. Atualmente a empresa é controlada pela multinacional alemã Mahle e se chama Mahle-Metal Leve.

A TESE DE SANTO ANDRÉ-LINS

IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo – 24 de janeiro de 1979 – Lins/SP

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste país, estarão colocadas na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político.

A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político. Por isso, os trabalhadores têm de organizar os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração. Hoje, diante da atual conjuntura política, econômica e social que vive a sociedade brasileira, essa necessidade, com o peso de sua importância, se faz sentir.

O regime militar, instalado no país há 15 anos, começa a se mostrar, para os seus próprios mentores, como uma forma inviável e insuficiente de os patrões continuarem a explorar a imensa maioria da população brasileira. As aberturas democráticas que estão se delineando não representam, nem de longe, o fim da exploração a que os trabalhadores estão submetidos; ao contrário, os ditadores tentarão utilizar novas formas de acaudilhar os trabalhadores para seus projetos políticos. Isto coloca na ordem do dia a articulação de uma saída para esta situação. Fazer isso é lançar-se na luta pela independência política dos trabalhadores, que se expressa na construção de seu partido. O MDB, hoje o único partido legal da oposição no Brasil, pela sua composição heterogênea, não pode cumprir este papel. Combinam-se, portanto, a necessidade da construção de independência política dos trabalhadores com a necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político. E é levando essas discussões para as bases que devemos nos lançar no trabalho da construção desse partido.

Crentes que já é hora de o trabalhador tomar em suas mãos as lutas pelas questões que hoje angustiam a população brasileira, como a anistia ampla, geral e irrestrita, a Assembleia Constituinte, democrática, livre e soberana, a reforma agrária e a liberdade partidária.

Crentes que todas as modificações nas regras do jogo que venham a favorecer os trabalhadores só serão possíveis com a conscientização e mobilização dos próprios trabalhadores, para que eles, juntos, forcem essa modificação, propomos o seguinte:

- 1) total desvinculação dos órgãos sindicais do aparelho estatal, ponto fundamental para o desenvolvimento da vida sindical;
- 2) democratização dos sindicatos; que os órgãos sindicais se pautem, em seu funcionamento, pela democracia operária que a todos assegura o direito de, em igualdade, participar das lutas e das decisões;
- 3) que se lance um manifesto, por este congresso, chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores;

4) que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes, é que se chegará à conclusão do que fazer e como fazer. Não um partido eleitoreiro, que simplesmente eleja representantes na Assembleia, Câmara e Senado, mas que, além disso e principalmente, seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores;

5) que seja eleita neste congresso uma comissão e junto com todos os outros setores que, embora ausentes, também estão interessados na construção desse partido, amplie os contatos e comece a encaminhar essa luta nacionalmente em discussões com as bases, iniciadas desde já; que essa comissão fique encarregada da redação de um manifesto aos trabalhadores brasileiros, chamando à construção do Partido dos Trabalhadores, proposto no terceiro ponto.

Fonte: Partido dos Trabalhadores – Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo. *Resoluções de Encontros e Congressos: 1979-1998*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 47-48.

CIRCULAR DO COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À GREVE DOS METALÚRGICOS DO ABC

Companheiros,

Como todos vimos, o 1º de Maio constituiu-se numa grande vitória para os operários do ABC e para todos os trabalhadores que hoje lutam por melhores salários e condições de vida, assim como para todas as forças que os apoiam nessas lutas.

O 1º de Maio significou um grande estímulo para os metalúrgicos grevistas, sendo mais uma vitória nesta greve de mais de 30 dias, reconquistando o estádio de Vila Euclides.

No entanto, os objetivos e as reivindicações dos metalúrgicos em greve ainda não foram atendidos. Lula e outros sindicalistas ainda continuam presos, por isso mesmo os operários reafirmam a continuidade da greve e intensificam a mobilização para a semana que se inicia, que segundo eles representa o momento decisivo para a sua luta.

Nesse sentido, o Comitê de Solidariedade reafirma seu compromisso de estar lado a lado com os metalúrgicos em greve e redobrar seu apoio político e material à altura das necessidades, que aumentaram. Até agora o comitê vem cumprindo o seu compromisso: além do apoio político, temos uma arrecadação que vem permitindo o atendimento de mais de 1.500 famílias por dia.

É inquestionável a importância e o papel desse comitê. Hoje concretamente a greve nos impõe tarefas maiores ainda, que exigem o engajamento maior de todas as entidades, numa mobilização para atender as necessidades dos trabalhadores do ABC.

Com esta circular queremos definir um conjunto de iniciativas e propostas para intensificar nosso apoio:

- a) doação do salário correspondente a uma hora de trabalho (algumas categorias estão fazendo campanha por duas horas e até mesmo por um dia) organizada por sindicatos e associações por empresa;
 - b) campanha por 1 kg de alimento através do recolhimento nas portas das casas e na frente de supermercados;
 - c) pedágios diários em pontos centrais das cidades, escolas etc.;
 - d) Livro de Ouro ou listas especiais para contribuição financeira de parlamentares, personalidades, escritórios, repartições públicas etc.;
- Além disso deve se dar continuidade às formas de arrecadação já iniciadas (bônus, cartazes, camisetas, shows etc.).

O êxito dessas iniciativas depende do compromisso de cada uma das entidades que participam do Comitê. Adiantamos que cada entidade deve se comprometer no mínimo com uma dessas campanhas. Ainda mais, cada entidade deve

comunicar ao Comitê sua meta de arrecadação diária. É urgente que as entidades prestem contas daquilo que já foi arrecadado, até o dia 6 de maio.

Próximas reuniões plenárias dias 5 e 6 de maio, na Assembleia Legislativa, fone 288-800 ou 289-1181.

São Paulo, 4 de maio de 1980

COMITÊ DE SOLIDARIEDADE

Fonte: Original datilografado, 1 p. (Acervo do CSBH-FPA).

PARTICIPE DO FUNDO DE GREVE

O nosso Fundo de Greve, criado a partir da greve do ano passado, está à espera de novas adesões. Gerido através de uma entidade civil, com diretoria composta por companheiros de fábrica, ele possui até uma conta bancária onde todos poderão depositar suas contribuições que serão decisivas para a continuidade do nosso movimento.

Agora, mais do que nunca, chegou a hora do companheiro participar do Fundo de Greve da categoria. Através dele nós podemos atender as necessidades mais prementes do trabalhador em greve, como, por exemplo, na distribuição de alimentos às famílias dos companheiros.

O nosso Fundo de Greve já existe desde o ano passado, resultado da solidariedade que recebemos de todo o povo brasileiro, quando ficamos parados durante 15 dias em março de 1979. Para constituí-lo diversos companheiros se mobilizaram e criaram a Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Mas para que ele funcione é necessário a participação de todos.

Para ser sócio do Fundo basta apenas que o companheiro se dirija à sede do sindicato e preencha uma ficha de inscrição. Atualmente, nosso Fundo conta com 800 sócios e possui 743 mil cruzeiros. Este dinheiro foi o que restou da contribuição que recebemos no ano passado, dos quais 600 mil cruzeiros foram aplicados em letras de câmbio que renderam 100 mil cruzeiros.

Estamos divulgando também o número da conta 205090-02, aberta no Banco Auxiliar de São Paulo, agência 023, que fica na rua Marechal Deodoro, no centro de São Bernardo, para os companheiros, amigos e familiares que quiserem fazer doações para o fundo.

A diretoria da associação também mandou confeccionar cinco mil camisetas, com o desenho do “João Ferrador”, que estão sendo vendidas a Cr\$ 100,00. As camisetas podem ser encontradas na sede do sindicato. Se todas as camisetas forem vendidas conseguiremos arrecadar 200 mil cruzeiros para nosso fundo.

Os companheiros que quiserem contribuir com alimentos também podem fazê-lo. Os locais de arrecadação estão instalados na própria sede do sindicato, ou em qualquer igreja católica de São Bernardo e Diadema, no caso de intervenção.

Por que ser sócio do fundo?

A necessidade de um Fundo de Greve, para qualquer categoria, ficou comprovada no ano passado, quando fizemos a maior greve deste país depois de 1964. Os patrões vivem nos ameaçando, porque sabem que a pressão econômica que exercem em seus empregados é muito grande. Para não cedermos às pressões é que precisamos participar do nosso fundo.

Origem

O Fundo de Greve nasceu das lutas destes dois últimos anos dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Em 1979, com a experiência que obtivemos da ajuda de vários setores da sociedade brasileira, decidimos efetivamente, criar a nossa autonomia para o fortalecimento do nosso movimento. Hoje, o Fundo de Greve é uma realidade. Ele é nosso e todos devem contribuir.

Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, n. 57, abril de 1980, p. 8.

A CRUENTA LUTA POR NEGOCIAÇÕES – GREVE DE FOME, PASSEATAS E MEDIAÇÕES TÊM UM ALVO: LEVAR OS PATRÕES A CEDER

Perseu Abramo

A greve de metalúrgicos de São Bernardo sofreu sensíveis modificações na última semana. Após a vitória do 1º de Maio, quando os trabalhadores reconquistaram as praças, as ruas e o estádio (*Movimento*, n. 253) houve um flagrante acirramento de posições das duas partes em conflito: de um lado, os operários e os setores que os apoiam, e, de outro, os patrões e o governo.

Assim, na semana passada houve uma sucessão de fatos importantes, que alteraram a qualidade do próprio movimento: a brutal repressão policial contra os grevistas, a não concessão de habeas corpus e a decretação da prisão preventiva dos dirigentes sindicais, e o constante e diário aparato policial de choque nas ruas de São Bernardo.

Os grevistas, por sua vez, realizaram três assembleias (segunda, quarta e sexta) em que manifestaram o desejo de continuidade da greve, promoveram uma passeata de mulheres e crianças exigindo a imediata reabertura das negociações, e os dirigentes presos de São Bernardo declararam-se em greve de fome, com a mesma exigência. E, finalmente, criou-se uma Comissão Mediadora destinada a fazer, em Brasília, os contatos prévios com a Presidência da República, a fim de que se possa estabelecer um diálogo dos trabalhadores com as autoridades. Na última sexta-feira, todos os oradores fizeram questão de frisar que a assembleia de domingo seria decisiva, dando a entender que ela poderia decretar o fim da greve, caso os contatos da Comissão Mediadora tivessem tido bons resultados.

Os operários de Santo André decretaram o fim da greve na segunda-feira passada; dias depois, foram libertados os dirigentes presos, menos um. Oitocentos metalúrgicos de Santo André já haviam sido demitidos até sexta-feira.

A brutal repressão

A primeira assembleia dos metalúrgicos de São Bernardo após o 1º de Maio estava marcada para as 10 horas da segunda-feira, dia 5, na Matriz. Já às 9 a praça diante da igreja estava inteiramente tomada por enorme e belicoso aparato repressivo, que incluía soldados e oficiais da PM, armados, tropas de choque, cães, cavalos, brucutus, barneys e carros de bombeiro, além do indefectível voo rasante de helicópteros.

Em dado momento, o comando da PM mandou que os carros de bombeiros dirigissem violentos jatos de água contra os operários. Imediatamente houve uma reação inesperada: centenas de pedras foram atiradas contra os policiais, chegando a ferir alguns e quebrar o vidro de um dos carros de bombeiros. A reação da polícia foi brutal: 180 bombas explodiram no espaço de algumas horas, dezenas de prisões (nem todas liberadas), pelo menos 54 feridos registrados no Pronto Socorro Municipal, perseguições a trabalhadores e populares pelas ruas centrais durante todo o dia. Na parte final da tarde, começaram a surgir fogueiras em vários cruzamentos de ruas e a polícia fez novas investidas contra a população.

Embora a reação contra a brutalidade da polícia tenha tido um caráter nitidamente popular, foram muitos os observadores (jornalistas, parlamentares e trabalhadores) que notaram a presença de provocadores policiais entre os que, na parte final da tarde, ateavam fogo a madeiras velhas ou tentavam atirar pedras contra a polícia. No interior das doze Veraneios C-14 sem chapa que circularam o dia todo pela cidade, foram avistados e reconhecidos vários torturadores da Oban¹, precursora do DOI-CODI² do II Exército.

Depois da verdadeira batalha campal que no dia 5 a polícia promoveu, nos dias seguintes, em virtude talvez dos protestos que se fizeram por todo o país, a polícia amainou a repressão nas ruas. Nos dias 7 e 9, as duas assembleias foram realizadas em meio a um aparato policial maior ainda que os dos dias anteriores, mas não ocorreram incidentes. A polícia, contudo, efetuou prisões diariamente, ora sob o pretexto de que se tratava de piqueteiros, ora de que seriam pessoas fazendo propaganda da greve. Muitos desses presos ainda não haviam sido libertados até o final de semana.

Mulheres participam

Na tarde da quinta-feira, dia 8, as mulheres de São Bernardo (esposas, mães, filhas, sogras, noivas e namoradas dos metalúrgicos) fizeram uma passeata, intitulada “Caminhada das mulheres pela reabertura das negociações”.

A princípio com poucas e tímidas participantes, a manifestação chegou a reunir cerca de 3 mil mulheres, que percorrem durante quase três horas as ruas que vão da Matriz até o Paço Municipal, ida e volta, num percurso de quatro quilômetros. Novamente na Matriz, usaram da palavra as mulheres de Lula, Devanir e Rubão³ (dirigentes presos), uma mulher de base e a viúva de Santo, o metalúrgico assassinado pela polícia na greve de São Paulo do ano passado.

Todas enfatizaram a necessidade de as mulheres apoiarem a luta de seus maridos e participarem diretamente dela. “Muitas esposas de metalúrgicos estão se empregando como domésticas, enquanto seus maridos estão em greve”, disse uma delas.

A passeata das mulheres foi considerada uma grande vitória política do Comando de Greve, pois reforçou a conscientização de uma parte numericamente expressiva da categoria. A manifestação também teve efeito altamente positivo na opinião pública local: quando as mulheres passavam, com suas faixas, suas palavras de ordem e seus cantos, eram muito aplaudidas pelos populares, principalmente pelas mulheres de outras categorias (comerciárias, datilógrafas, bancárias).

Mediações e a fome

Durante a última semana, aumentou o índice de retorno ao trabalho, não nas proporções sugeridas pelos números falsos da Fiesp⁴ e do governo, amplamente divulgados na imprensa diária, mas certamente de molde a levar o Comando de Greve a uma reavaliação das possibilidades de sua continuidade após o 40º dia (que se deu no sábado).

Alguns setores de operários altamente especializados, de algumas grandes fábricas, fizeram reuniões de avaliação e transmitiram seus resultados ao comando, mostrando as dificuldades de uma continuação sem perspectivas de algum tipo de solução.

Na quarta-feira, dia 7, Osmarzinho⁵, do Comando de Greve, concedeu uma entrevista coletiva à imprensa anunciando que estava em curso um levantamento mi-

nucioso da situação nas fábricas, e disse que nos últimos dias o índice de paralisação havia diminuído de 90% para 75%. A Fiesp, na mesma ocasião, falava em apenas 20% de paralisação. E, através do advogado B. Monteiro, funcionário da Fiesp, os patrões continuaram dizendo que não aceitariam qualquer negociação.

O governo, contudo, certamente surpreendido com a capacidade de resistência dos grevistas, começou a dar demonstrações de que poderia haver algum tipo de diálogo, embora condicionando-o ao retorno ao trabalho. A primeira dessas manifestações, de caráter extraoficial, foi publicada pela *Folha de S.Paulo* do dia 24 de abril, atribuindo-se ao presidente Figueiredo⁶, por um porta-voz não identificado, a ideia de que deveria haver um contato entre patrões e empregados.

Já no dia 6, o mesmo jornal dizia que o Presidente da República admitiria intervir pessoalmente nas negociações.

Vários políticos, durante todo esse tempo, empenharam-se em estabelecer algum canal de comunicação entre as partes, para algum tipo de solução. Um dos apelos nesse sentido foi feito pelos senadores, inclusive Teotônio Vilela⁷, logo após a prisão de Lula, no dia 19. Outro foi feito no final da semana retrasada por Franco Montoro⁸ e pelo prefeito de São Bernardo, Tito Costa⁹.

Mas a iniciativa que parece ter mais chance de obter bons resultados é a que foi feita de comum acordo com o Comando da Greve, e anunciada – e aprovada – na assembleia de sexta-feira: foi criada uma Comissão Mediadora, constituída de D. Cláudio Hummes, bispo do ABC; João Paulo Pires Vasconcellos, líder sindical de Monlevade; Jacob Bittar, líder sindical de Paulínia, e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (possivelmente Seabra Fagundes). Essa comissão tentaria – provavelmente através do Núncio Apostólico no Brasil, D. Carmine Rocco – estabelecer apenas os contatos prévios (essa expressão foi várias vezes enfatizada) para um diálogo direto entre as autoridades e os próprios trabalhadores.

A pressão pela reabertura das negociações recebeu um considerável acréscimo com a deflagração da greve de fome, a partir das 8 horas da manhã de sexta-feira última, de Lula e dos demais dirigentes de São Bernardo, num total de dez presos políticos, e das 24 pessoas que ainda se encontravam presas no DEOPS⁴ no final da semana.

Lula e os demais dirigentes apelaram para esse recurso extremo como uma forma de protesto contra a repressão policial e pela reabertura das negociações, em solidariedade aos companheiros que continuam em greve.

Concomitantemente, o Comitê de Solidariedade lançou uma campanha nacional de apoio aos metalúrgicos do ABC, intensificando as coletas para o Fundo de Greve e de assinaturas, e um abaixo-assinado a ser entregue ao ministro da Justiça, em Brasília, em dois momentos: no dia 13 – Dia Nacional de Luta – por uma caravana de parlamentares e personalidades, as listas assinadas pelos dirigentes sindicais e de entidades; e, no dia 21, as listas assinadas pela população. O Dia Nacional de Luta foi uma proposta dos próprios metalúrgicos, e deverá ser marcado, em todo o país, por manifestações e mobilizações de apoio e solidariedade tendo como palavras de ordem: a libertação dos líderes sindicais de São Paulo e Minas Gerais, a reabertura das negociações, o fim da intervenção nos sindicatos, o atendimento das reivindicações dos grevistas.

Fonte: *Movimento*, 12 a 18 de maio de 1980.

NOTAS

¹ A Operação Bandeirante (Oban) foi organizada em 1969 por membros da classe empresarial e do Exército brasileiro com objetivo de reprimir as organizações de esquerda que combatiam a ditadura militar.

² O Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) era uma entidade do governo brasileiro cujo objetivo era gerenciar informações e reprimir a organização da sociedade contra a ditadura militar.

³ Devanir Ribeiro (1944) foi metalúrgico e vereador em São Paulo por três mandatos, desde 1993. Foi eleito deputado federal, cargo que ocupa até os dias de hoje. Rubens Teodoro de Arruda, o “Rubão” (1938), nasceu em Araçatuba/SP. Era metalúrgico e atuava no sindicato desde 1967 onde foi vice-presidente de 1972 a 1981.

⁴ A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) é uma entidade que reúne as indústrias do estado de São Paulo.

⁵ O Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) é um órgão do governo brasileiro criado durante o Estado Novo cujo objetivo era o de controlar e reprimir movimentos sociais e políticos. O DEOPS encerrou suas atividades em 1990.

⁶ Osmar Santos de Mendonça (1950), o Osmarzinho foi metalúrgico e durante as greves foi membro da Comissão de Mobilização.

⁷ João Batista de Oliveira Figueiredo (1918-1999). Militar, exerceu funções públicas durante os governos militares: chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, de 1969 a 1974; chefe do Serviço Nacional de Informações, de 1974 a 1978, e presidente da República, de 1979 a 1985.

⁸ Teotônio Brandão Vilela (1917-1983) nasceu em Viçosa/AL e seguiu carreira eclesástica. cursou engenharia e direito e ingressou na vida política ao se eleger deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN), em 1954. Em 1979, deixou a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que dava sustentação à ditadura militar, para integrar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e se tornou um incansável lutador pela anistia geral no Brasil.

⁹ André Franco Montoro (1916-1999) nasceu na cidade de São Paulo e cursou filosofia e pedagogia. Iniciou sua carreira política como vereador em 1947 e ocupou outros cargos. Foi Ministro do Trabalho (1961-1962); senador (1970-1978); governador de São Paulo (1982) e deputado federal em 1994 e 1998. Ingressou no MDB em 1964 e em 1988 foi um dos fundadores do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

¹⁰ Antônio Tito Costa (1922) nasceu na cidade de Torrinha/SP e é advogado, escritor e político. A princípio o, escolheu carreira eclesástica e, mais tarde, cursou direito. Em 1951, trabalhou com Lauro Gomes na prefeitura de São Bernardo do Campo ocupando diversos cargos e atuando como advogado. Em, 1977, ele mesmo foi eleito prefeito daquela cidade.

CONTRA A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL E OS JULGAMENTOS PELOS TRIBUNAIS MILITARES

Luís Carlos Prestes

Serão julgados por tribunal militar, nos próximos dias, Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, e mais 12 de seus companheiros, enquadrados pelo atual governo na Lei de Segurança Nacional, a pretexto de incitar a greve em São Bernardo e Santo André (São Paulo). No dia 17 será também julgado por tribunal militar e pela mesma Lei de Segurança Nacional¹ um grupo de jovens, escolhidos a dedo pela polícia para responderem pelas manifestações populares de desagrado ao sr. Figueiredo, quando de sua visita a Florianópolis.

Nenhum democrata pode nesta oportunidade deixar de tomar posição contra essas manifestações concretas do atual regime militar reacionário, contra a aplicação desta legislação fascista. Tanto Lula com seus companheiros e os jovens de Florianópolis representam nestes processos judiciais os sentimentos democráticos e patrióticos de todo o nosso povo. Com semelhantes julgamentos por tribunais militares, é a todo o nosso povo, é a todos nós, que ameaça a tirania, é a todos nós que ela pretende intimidar.

Ao mesmo tempo que devemos unir e organizar nossas forças para exigir a revogação dessa monstruosa Lei de Segurança Nacional e de outras como a lei contra as greves, a Lei Falcão etc. – remanescentes do regime militar-fascista e dos anos nefastos do AI-5 –, exigir agora dos tribunais militares a absolvição dos compatriotas que estão sob jurisdição constitui um dever patriótico. A absolvição de todos eles constituirá uma vitória do povo e um passo importante na campanha pela revogação das leis fascistas.

Façamos chegar esses fatos, por todas as formas possíveis, ao conhecimento de toda a população, em cada cidade ou povoado, em cada bairro, em cada usina, fábrica, escola ou repartição. E participemos de todos os atos e manifestações contra tais processos.

Exijamos a completa liberdade de Lula e seus companheiros e sua reintegração nas diretorias sindicais para que foram legitimamente eleitos!

Abaixo a Lei de Segurança Nacional!

Basta de tribunais militares contra o povo!

Fevereiro de 1981

Fonte: Panfleto (Acervo CSBH-FPA).

NOTA

¹ Lei de Segurança Nacional (LSN). Em 1935, no governo Getúlio Vargas, foi sancionado o primeiro dispositivo legal desse tipo no Brasil, que destacava um conjunto especial de leis para os chamados crimes políticos ou contra a segurança do Estado. A esta primeira lei associou-se um conjunto de outras que permitiu um enorme poder

de arbítrio utilizado naquela época. Em 1953, surgiu uma nova lei mais adequada ao período de normalidade constitucional que se seguiu após 1945. Mas o governo militar instaurado em 1964 alterou este quadro e a partir de 1965 introduziu sucessivas mudanças que a transformaram em um dispositivo discricionário próprio de uma ditadura, incorporando a ela a chamada doutrina de segurança nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra, sob inspiração norte-americana. (N.E.)

ENTREVISTA COM LULA

Jornal L'Unità, Itália – 1980

Luiz Inácio Lula da Silva – Lula – nasceu há 36 anos no sertão de Pernambuco, um estado do Nordeste brasileiro, região que, pelas características geográficas, sociais, econômicas, culturais e políticas, lembra o sul da Itália, particularmente a Sicília.

Lula teve a infância típica de tantos milhões de brasileiros que vivem no campo e depois emigram para as grandes cidades: família numerosa e pobre, trabalho na roça, dificuldade para instrução escolar sistemática. Mais tarde a ida a São Paulo como “pau-de-arara” (nome que se dá, no Brasil, aos camponeses que emigram para os centros industriais apinhados em um caminhão, segurando-se em longas varas presas à carroceria do veículo para não cair, como o fazem as araras, aves da família dos papagaios e cacatuas). Em São Paulo exerceu vários ofícios, como garçom de bar e auxiliar de oficina mecânica; conseguiu, com sacrifícios, fazer curso de mecânico no Senai, uma instituição de aprendizado industrial mantida pelo patronato e pelo governo. Começou a trabalhar nas fábricas metalúrgicas na área do conhecido ABC. Sua profissão: torneiro mecânico.

Começou a interessar-se pelas atividades sindicais e logo afirmou-se como um líder entre os companheiros. Quando o novo sindicalismo brasileiro por fim irrompeu, com as greves da Scania em 1978 – após 14 anos de opressivo silêncio imposto pelos militares da ditadura instalada em 1964 –, Lula tornou-se um dos mais importantes dirigentes sindicais do ABCD (região superindustrializada de São Paulo) composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, e outros.

Em 1979 liderou uma greve de centenas de milhares de metalúrgicos da região. Foi afastado da direção do sindicato mas, após alguns meses e uma grande demonstração de solidariedade recebida no 1º de Maio, reconquistou o sindicato. Em 1980, novamente, liderou uma greve que durou mais de 40 dias. Dessa vez foi afastado da presidência do sindicato, sequestrado, preso juntamente com vários outros companheiros, e agora será processado com base na Lei de Segurança Nacional e submetido a uma corte militar.

Fomos entrevistá-lo em São Bernardo, no Fundo de Greve (uma associação operária destinada a manter financeiramente as famílias dos metalúrgicos em greve), no dia seguinte à prisão do Prêmio Nobel da Paz de 1980, Adolfo Perez Esquivel¹, e a alguns dias da audiência final de seu julgamento, cuja data – duas vezes adiada – na ocasião ainda não fora definitivamente fixada pelas autoridades militares.

Pergunta – *Lula, como você entende o julgamento em que V. e mais 12 sindicalistas se acham enquadrados?*

Resposta – Como um julgamento ilegítimo. Veja bem, os metalúrgicos reivindicavam melhores salários, estabilidade no emprego, melhores condições de trabalho, representação sindical nas fábricas – direitos que em todo o mundo já são reconhecidos. Os patrões se mostraram intransigentes e não negociaram conosco, e sabemos que foram forçados a isso pelo governo. O próprio Tribunal Regional do

Trabalho, em sua primeira sessão, declarou-se incompetente para julgar a greve. O governo pressionou, mudou os juízes, e, uma semana depois, o mesmo Tribunal declarou a greve ilegal. Os operários decidiram continuar em greve, e a diretoria do sindicato cumpriu a sua obrigação de representar a vontade dos operários. Por isso fomos presos e processados, sob acusação de “desobediência civil”, posteriormente acrescida de “propaganda subversiva”. Mas não estamos sendo julgados por leis de trabalho ou de relações industriais. Mas por essa Lei de Segurança Nacional absurda, que processa os trabalhadores explorados pelas multinacionais e não faz nada contra os que estão repartindo, loteando e vendendo o Brasil às multinacionais. Esse processo nunca deveria existir. Se estivéssemos numa democracia, para os trabalhadores, quem deveria estar sendo processado são os patrões nacionais e multinacionais que exploram o povo brasileiro, e aqueles que, com a omissão ou a cumplicidade do governo, entregam o território pátrio aos interesses das multinacionais.

Pergunta – *Este sentimento, esta consciência de que os trabalhadores brasileiros são explorados pelo patronato nacional e multinacional, está presente em toda classe trabalhadora brasileira ou é apenas consciência de alguns líderes e dirigentes?*

Resposta – Não. Infelizmente a classe trabalhadora brasileira tem sido secularmente explorada e enganada pelas elites dominantes. Tem sido mantida desinformada e na ignorância, mesmo por aqueles governantes que, em décadas passadas, se diziam defensores e protetores do operariado. Além disso, a maior parte dos trabalhadores da cidade e do campo vive em tal estado de miséria e fome, e de doenças, que não tem tempo nem condições paralelas para aprender, para discutir e se organizar. Mas, por outro lado, nos últimos anos essa consciência está ficando cada vez maior, cada vez mais está se alastrando. E não é apenas aqui em São Bernardo, aqui no ABC. Tenho viajado pelo país todo e tenho visto esse fenômeno no Sul, nos estados paupérrimos do Norte e do Nordeste, em Mato Grosso, em Goiás. Hoje em dia uma parte considerável de trabalhadores da cidade e do campo conseguiram compreender a situação e querem transformar as coisas, mudar o estilo de vida da sociedade.

Pergunta – *E o sindicalismo brasileiro, que papel tem nessa tomada de consciência?*

Resposta – No Brasil existem cerca de 7.500 sindicatos, mas, infelizmente, ainda são muito poucos dirigentes sindicais que ajudam o trabalhador a se libertar e se organizar. Nossa legislação trabalhista e sindical foi inspirada na “Carta del Lavoro”, de Mussolini, e foi feita para submeter os trabalhadores, não para organizá-los e libertá-los. A maior parte dos dirigentes sindicais, portanto, encontra enormes dificuldades para conquistar aquilo que os trabalhadores precisam e merecem, e limitam-se a cuidar da parte assistencial de seus sindicatos. É necessário modificar toda a legislação trabalhista brasileira, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e, sobretudo, assegurar de fato o direito de greve para que os trabalhadores possam atuar livremente em seus sindicatos.

Pergunta – *Agora, outra ordem de questões. Você e alguns companheiros seus do Partido dos Trabalhadores, recentemente, visitaram vários países da Europa, inclusive a Itália. Como você avalia essa viagem?*

Resposta – Altamente positiva. Não apenas porque nós aprendemos muito

com a experiência sindical e política dos dirigentes europeus, mas também porque tivemos oportunidade de mostrar a eles que a famosa “abertura” do regime brasileiro atual não tem nada que ver com a democracia: é apenas uma forma de o mesmo velho regime militar imposto em 1964 continuar no poder, e continuar sua linha de exploração econômica e opressão política sobre os trabalhadores da cidade e do campo. Numerosos dirigentes europeus mostraram-se espantados em saber que o Brasil, embora seja um país signatário de acordos e convênios da OIT (Organização Internacional do Trabalho), não os cumpre, na medida em que não reconhece, aqui, o direito de greve, a liberdade e a autonomia sindical, e outras conquistas internacionais dos trabalhadores. Os efeitos positivos dessa nossa viagem já se fizeram sentir com a vinda ao Brasil de vários dirigentes europeus, inclusive italianos, e o envio de moções de solidariedade. Enfim, a viagem, os contatos, as relações amistosas que estabelecemos com os dirigentes de centrais sindicais e partidos políticos de diversas correntes de pensamento mostraram duas coisas, que eu considero fundamentais para os trabalhadores brasileiros: primeiro, que os problemas essenciais dos trabalhadores são os mesmos no mundo inteiro; segundo, que a solidariedade internacional ainda existe, e deve ser mantida e desenvolvida por todos os trabalhadores.

Pergunta – *Lula, além de dirigente sindical você também é presidente de um partido político, o Partido dos Trabalhadores. No entanto, para a opinião pública de outros países, não é muito clara a posição ideológica do PT, nem são muito claras as relações entre o PT e os sindicatos, ou entre o PT e outras forças de esquerda. O que você tem a dizer sobre isso?*

Resposta – Não é fácil tratar de todas essas questões numa simples resposta de uma entrevista; talvez fosse necessário fazer todo um retrospecto da história do Brasil e do movimento operário e político brasileiro, pelo menos nos últimos oitenta anos. Vou fazer o possível para apresentar uma síntese do que eu penso a respeito. Em primeiro lugar, é preciso notar que o Partido dos Trabalhadores começa a tomar forma na cabeça de vários sindicalistas e trabalhadores nos dois ou três últimos anos, exatamente quando ressurgem o movimento sindical e os operários percebem que não bastava ganhar uns tantos cruzeiros de aumento, porque a inflação comia o aumento no mês seguinte. Era preciso modificar de forma mais profunda as próprias bases desse sistema contínuo de exploração. Era necessário ter vez e voz na condução da própria política brasileira e dos destinos da nação brasileira. E isso os trabalhadores, o povo brasileiro, nunca tiveram. Tivemos, sim, governos populistas, líderes carismáticos e até partidos políticos democráticos, no passado. Mas que exprimiam e realizavam sempre interesses das classes dominantes, nunca dos trabalhadores. Assim, o PT nasce não de uma ideologia formada, de um estudo de gabinete ou da vontade de alguns intelectuais. Ele nasce das lutas sindicais e, também, das lutas populares que, desde 1974 e 1975, começaram a abalar os alicerces da ditadura brasileira, já abalada pela crise econômica que o próprio regime criou; numerosos movimentos, numerosas entidades, numerosas campanhas foram, desde essa época, pondo em xeque o regime e exigindo transformações econômicas e políticas de verdade: os sindicatos combativos, as greves, os movimentos contra o custo de vida, os movimentos pela anistia, as sociedades de bairros, os estudantes, as comunidades de base da igreja, todos, enfim, que lutam junto ao povo e que são

formados pelo povo e que, portanto, não aceitam mais a situação como está. É por essa razão que nas bases e nas direções do PT estão tanto os sindicalistas, dirigentes e líderes sindicais, como também, nas direções e nas bases de sindicatos e de outras entidades populares estão tantos militantes e dirigentes do PT. Mas nós sabemos delimitar perfeitamente os campos do partido político e do sindicato. Sabemos que, por exemplo, num sindicato, numa entidade de massa, é preciso fazer frentes e composições com representantes de outras correntes políticas, porque aí se trata de defender os interesses básicos dos trabalhadores, dos sindicalizados, dos associados desta ou daquela associação. E, no plano político, manter a individualidade do PT, as suas características próprias, os seus objetivos básicos, que são os de criar um espaço político dentro da estrutura capitalista brasileira a fim de que os trabalhadores tenham vez e voz, tenham o direito de participar politicamente, no rumo de uma transformação global da estrutura social brasileira. Por essa razão, também, é que o PT não tem, desde já, uma ideologia pronta, acabada, como uma receita que deve ser ministrada pelo médico ao paciente. O PT é um partido de massas, amplo, aberto, que faz absoluta questão de exercer e aperfeiçoar a sua democracia interna. O PT não acha que precisa partir de uma homogeneidade ideológica para atingir seus objetivos, principalmente porque, de fato, não existe essa homogeneidade ideológica entre a massa, entre os trabalhadores, entre o povo. O PT parte de uma unidade política – expressa em seu programa e seu estatuto – e busca uma unidade de ação política, sabendo que, dentro dele, poderão conviver opiniões ideológicas diferentes, embora todas com o mínimo denominador comum: a participação política dos trabalhadores para a mudança da estrutura da sociedade brasileira. Como se dará e quando se dará essa mudança, isso serão as próprias bases do partido, os próprios trabalhadores organizados, dentro do partido ou fora dele, que dirão. Nesse sentido, o PT é um partido diferente: diferente, pela essência de seu programa, dos partidos liberais e burgueses; e diferente, pelos seus métodos e pela sua prática, dos partidos tradicionais de esquerda. É um partido que nasce das bases, da vontade delas, e não um partido que tenta impor sua vontade às bases.

Pergunta – *Uma última pergunta. E como são as relações entre o PT e os comunistas brasileiros?*

Resposta – O PT sabe respeitar o passado de tradições de luta dos combatentes da esquerda, sejam eles comunistas, socialistas, trotskistas. Reconhece o espírito de sacrifício de muitos deles à causa dos trabalhadores brasileiros, e presta a sua homenagem a todos os que amargaram suas vidas nas prisões, nos exílios, ou que sucumbiram às torturas e aos assassinatos. Mas o PT considera que, de um modo geral, os partidos de esquerda, aí incluídos os comunistas, cometeram erros, risco de que ninguém, obviamente, está afastado. E um dos principais erros – e desse o PT faz questão de se manter afastado – é o de desligar-se das massas, dos trabalhadores, é fazer da política uma atividade de gabinete, intelectual, acadêmica, ou uma prerrogativa que só cabe às elites, sejam dominantes ou dominadas. A política entra todo o dia na casa e na vida do trabalhador, sob a forma da fome, do custo de vida, da miséria, da doença, dos filhos que não podem ir à escola, do trem que atrasa, do patrão que é prepotente, do sindicato que é invadido, do policial que prende e arrebenta e mata, da delinquência, da poluição, da falta de tempo e de condições para descanso,

para o lazer, para a cultura. Portanto, é o trabalhador, o “peão”, como dizemos aqui no ABC, que deve fazer política. Ele próprio, diretamente, e não através dos que não sentem e não vivem essas condições e querem falar em nome deles, querem fazer política em nome deles. E, por isso, o PT embora não mantenha nenhum acordo formal ou informal com nenhuma organização de esquerda, comunista ou não, está aberto a todos aqueles que queiram engajar-se na luta comum para mudar esse regime que está aí, para fazer disso aqui uma verdadeira democracia para os trabalhadores, para mudar a essência da estrutura econômica, social e política brasileira, possivelmente na direção do socialismo.

Fonte: Original datilografado, 7 p. (Acervo CSBH-FPA).

NOTA

¹ Adolfo Perez Esquivel (1931) nasceu em Buenos Aires, é escultor e arquiteto. Foi líder da organização Serviço Paz e Justiça na América Latina e responsável pela campanha que pretendia obrigar os Estados Unidos a fundarem uma Comissão de Direitos Humanos. Foi preso algumas vezes em decorrência de seu ativismo político e ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1980.

RESOLUÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Comissão Diretora Nacional Provisória do PT – 27 de fevereiro de 1981 – São Paulo

A COMISSÃO DIRETORA NACIONAL PROVISÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, diante da condenação dos sindicalistas do ABC e dirigentes do PT, e diante da delicada situação política que vive o país, comunica às regionais, e através delas ao conjunto do partido, as seguintes decisões:

1 – Lula e os outros companheiros, embora condenados, continuam a ser dirigentes do PT nos respectivos cargos para os quais foram democraticamente eleitos nas convenções partidárias, mesmo porque esse reconhecimento tem amparo da legislação partidária.

2 – Mais do que nunca, nesse momento, como principal linha de ação para todos os militantes, destacamos a necessidade de intensificar o fortalecimento e o crescimento do PT com uma campanha massiva de filiação, preparando as convenções em todos os níveis, continuando a organizar o partido nas bases. A resposta do PT às atitudes arbitrárias do regime deve ser seu fortalecimento partidário e a conquista do registro definitivo.

3 – O combate à LSN faz parte do nosso programa, devidamente registrado no TSE. Devemos, portanto, prosseguir, aumentar e aperfeiçoar a campanha contra a LSN e as demais leis repressivas que atingem o conjunto da população brasileira, continuando na defesa de companheiros por elas ameaçados. É fundamental que o PT, mantendo seu comportamento de partido legal e registrado, prepare-se para ações políticas planejadas e estudadas – às quais conclamamos todas as forças democráticas e populares – procurando evitar atos impensados e desorganizados.

4 – O partido reafirma, nesse momento, seu mais explícito e total endosso e apoio à estratégia geral de defesa dos companheiros atingidos pela LSN e manifesta a convicção de que a atuação profissional dos advogados contratados para representá-los juridicamente, amplamente respaldada pelo Conselho Federal da OAB, foi à atitude mais adequada diante das restritivas e repressivas condições impostas pelo regime militar. O PT reafirma que continuará a fazer todo o possível para defender seus companheiros militantes, dirigentes e parlamentares das arbitrariedades de que são vítimas.

A Direção Nacional conclama a todas as regionais para que encaminhem essas decisões às bases, ligando-se mais estreitamente aos movimentos populares, ampliando arregimentações de forças necessárias para deter toda e qualquer ameaça de novos atentados contra as liberdades políticas e sindicais, assegurando o avanço para uma democracia estável a serviço da imensa maioria da população.

Fonte: Original datilografado, 1 p. (Acervo CSBH-FPA).